

Mais força à CDU

Metropolitano de Lisboa: onde a luta dos trabalhadores e a iniciativa política do PCP e da CDU derrotaram os planos das troikas!

Depois de 6 anos de dura luta (2009/2015) derrotámos as inevitabilidades e por proposta e iniciativa da CDU foi possível:

- Acabar com o roubo dos complementos de reforma;
- Acabar com a fusão das empresas Metro, Carris, Transtejo e Soflusa;
- Reverter o processo de privatização da exploração do Metropolitano de Lisboa;
- Reverter o processo de caducidade da contratação colectiva, e repor o primado da contratação colectiva no Orçamento de Estado para 2016, apesar da devolução de direitos, de rendimentos e da contagem integral do tempo ter decorrido de forma faseada nos 2 anos seguintes, por imposição do PS;
- Voltar a pagar o subsídio de férias e Natal;
- Voltar a pagar os complementos de reforma e de sobrevivência;
- Acabar com as situações de deslocalização dos trabalhadores para instalações de outras empresas, fazendo regressar ao Metro todos os trabalhadores;
- Reverter o roubo dos 4 feriados;
- Reduzir o peso fiscal sobre os trabalhadores e reformados, apesar de não se ter ainda regressado a valores próximos dos praticados antes do saque fiscal das troikas.

Foi ainda possível alcançar alguns outros avanços, e alguns deles importantes, como o do passe social, onde, por iniciativa do PCP, foi possível avançar com o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana de Lisboa, com redução tarifária trazendo uma significativa redução de custos e um muito significativo aumento da mobilidade a milhares de famílias trabalhadoras.

Tentámos ir mais longe, mas não foi possível!

Em demasiadas matérias, os compromissos do PS com o grande capital e com as orientações da União Europeia impediram que se resolvessem problemas estratégicos ou até levaram ao agravamento de outros.

O exemplo mais flagrante é o da (não) contratação de trabalhadores. O Governo impediu sistematicamente, levando a empresa a funcionar abaixo das necessidades operacionais, com brutais consequências para a operação, só superadas pelo recuso sistemático ao trabalho extraordinário e gerando regulares tentativas de recurso à subcontratação.

Outro exemplo foi o do (não) investimento público, onde as sucessivas conferências de imprensa, os sucessivos anúncios e os sucessivos programas trataram de disfarçar a escassez do investimento público. O alargamento das Estações da Linha Verde continua a derrapar, vítima de uma visão estreita na contratualização pública. O investimento em material circulante está apenas prometido, e numa quantidade insuficiente para os níveis de oferta que deveriam existir daqui a 5 anos. A expansão da rede arrasta-se, com o governo PS a adiar a necessária expansão da rede a Alcântara e a Loures, e a apostar numa Linha Circular tecnicamente errada e onde vai desperdiçar (para começar) 256 milhões de euros. Mas o que faltou em investimento público continuou a sobrar nos milhares de milhões enviados para os banqueiros, para as isenções fiscais ao grande capital e para pagar a agiotagem das swaps, dos empréstimos sem caução, da especulação em geral.

**Avançar
é preciso!**

PCP-PEV



Candidato



CDU

Paulo Jorge Alves, 55 anos, é trabalhador do Metropolitano de Lisboa. Foi eleito para representante dos trabalhadores no Conselho Consultivo da Empresa, que nunca reuniu porque nunca foi convocado. É membro da Comissão de Trabalhadores. É Vereador substituto na Câmara Municipal de Lisboa eleito pelo PCP.

Dia 6 de outubro vamos eleger 230 deputados. Será nesse momento muito importante que, também os trabalhadores do Metropolitano decidirão, pelo seu voto, o futuro próximo da sua empresa, do país e do povo. Recordo que nos termos da Constituição o poder político pertence ao povo e é exercido, partir das opções que faz, através do sufrágio universal, igual, direto, secreto e periódico.

Sou candidato da CDU porque reconheço o importante trabalho dos deputados da CDU, também nestes últimos 4 anos, que tornaram possível obter conquistas tão importantes como a reversão de diversas privatizações que estavam em curso, entre elas a dos transportes urbanos de Lisboa e Porto, como a recuperação de direitos, salários e pensões, a reposição do pagamento dos complementos de reforma, a reposição dos subsídios de Natal e férias, a eliminação de taxas suplementares de descontos de IRS, a recuperação do direito à avaliação e dos seus efeitos pecuniários, a redução do preço dos passes sociais e o alargamento da sua abrangência, a recuperação do direito à negociação coletiva, o investimento, embora tardio e insuficiente, nos serviços públicos, etc.

Bem se sabe que ainda muito falta fazer para a melhoria das condições de vida do povo, para a recuperação da qualidade dos serviços públicos, para a revitalização da economia assente na recuperação do tecido produtivo português.

É por isso que votar CDU é tão importante.

Porque votando CDU decidimos sobre o caminho a seguir: continuar e aprofundar as conquistas dos últimos 4 anos, ou optar pelos recuos civilizacionais dos 6 anos que lhes antecederam.

**Avançar
é preciso!**

PCP-PEV 

**Mais força
à CDU**

Trabalhadores do Metropolitano apelam ao Voto na **CDU**



Anabela Carvalho
Dir. STRUP



Ana Silva
Dir. STRUP



Ana Teroto
CT



Armando Martins
SubCT PMO III



Cátia Belo
Dir. STRUP



Cátia Frioleiro
Dir. STRUP



Domingos Vasques
SubCT Rede



Edgar Brandão
CT



Elisabete Bandeirinha
CT



Fernanda Almeida
SubCT SP_FPM



Fernando Cardoso
Dir. STRUP



Henrique Trindade
CT



Hilberto Teixeira
CT



Januário Moreira
CT



João Paulo Henriques
Dir. STRUP



Jorge Carrapiço
SubCT PMO III



Jorge Santana
SubCT PMO III



José Cruz
CT



José Luís Calapex
Dir. STRUP



José Luís Santos
Dir. STRUP



José Mendes de Sousa
Dir. STRUP



José Nogueira
Dir. STRUP



José Tadeu Taron
SubCT Rede



Manuela Cortes
CT



Paulo Machado
Dir. STRUP



Paulo Gomes
CT



Paulo Martins
CT



Paulo Morgado
CT



Sara Gligo
Dir. STRUP



Sérgio Canelas
SubCT PMO III



Vitor Bandeirinha
SubCT Rede



Vitor Costa
Dir. STRUP

«Sanear o Metropolitano de Lisboa, apostando na sua expansão, combatendo a opção pela Linha Circular.»

Do Programa Eleitoral do PCP

**Com a CDU
Avançar mais
em vez de andar para trás!**

Em defesa do transporte público! Em defesa do carácter público dos sectores estratégicos! Pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!

É preciso andar para a frente, e são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres.

Não podemos esquecer que foram os PEC que iniciaram o mais recente ataque ao ML e aos seus trabalhadores, e esses PEC partiram de um Governo PS. Não podemos esquecer que o acordo entre as troikas é assim conhecido por conter, do lado português, as assinaturas de PS/PSD/CDS.

Quem se esquecer disto, corre o risco de contribuir para que muitos avanços andem para trás!

O voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro é aquele que melhor contribui para consolidar os avanços conseguidos e que simultaneamente contribui para que se ande para a frente e não para trás.



«Trabalho por turnos e profissões de desgaste rápido:

Além da limitação legal do trabalho em regime de turnos e de laboração contínua às actividades de natureza social impreterível ao funcionamento da economia devem ser adoptadas medidas de protecção, compensação e reparação para os trabalhadores em regime de turnos, nomeadamente: regime específico de reforma antecipada com a redução da idade de reforma correspondente ao período de prestação de trabalho em regime de trabalho por turnos; a adaptação das disposições relativas à base de incidência da taxa social única, a pagar em contribuições para a Segurança Social, devendo ser incluído no seu cálculo e apuramento a retribuição relativa ao trabalho por turnos, a aplicação de um aumento da TSU das empresas para fazer face a essas exigências; a consideração de limites ao exercício dessa actividade respeitando todos os direitos; o estabelecimento de regimes mais exigentes de medicina no trabalho. As mesmas medidas, com as necessárias adaptações, devem ser aplicadas aos trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido.»

Programa Eleitoral do PCP

Sobre a tutela do Metropolitano de Lisboa (ML)

O PSD/CDS tentaram liquidar o ML na fusão na Transportes de Lisboa e com a privatização da operação. O PS anuncia agora pretender transferir o ML para a Área Metropolitana de Lisboa, conforme se pode ler no seu programa eleitoral «atribuindo às áreas metropolitanas a função exclusiva de Autoridades de Transportes sobre o metropolitano pesado ou ligeiro» e «Transferir a propriedade total ou parcial das empresas operadoras de transporte coletivo para as áreas metropolitanas». Só a CDU garante explicitamente que o Metropolitano de Lisboa deve continuar a ser uma empresa totalmente autónoma e integrada no SEE, apenas admitindo qualquer possibilidade de transferência para a AML das competências de Autoridade de Transportes sobre o ML depois de uma regionalização que crie as Autarquias Metropolitanas e as dote dos meios financeiros necessários à assumpção de novas competências.

